

22. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2022:

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis – 2022, que se anexa.

PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da assembleia Municipal, a seguinte proposta da Fixação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis, para o ano de 2022:

Assim:

- a) Considerando a carga fiscal que onera os munícipes nos últimos anos;
- b) Considerando os constrangimentos financeiros que atualmente as famílias atravessam na sequência da pandemia epidemiológica do novo Coronavírus (COVID-19),
- c) Por outro lado, considerando a importância deste imposto para o financiamento e estratégia de gestão do Município de Braga,
- d) Impõe-se encontrar uma solução equilibrada, ponderada e rigorosa que permita minimizar os constrangimentos socioeconómicos das famílias bracarense e, ao mesmo tempo, não hipotecar a prossecução da estratégia municipal na satisfação das necessidades do concelho;

Proponho,

- I. Ao abrigo do artigo 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI), na sua redação atualizada, submeter à Assembleia Municipal:
 - 1. Fixar, para o ano de 2022, a taxa do imposto Municipal sobre Imóveis, nos seguintes termos:
 - Prédios urbanos – 0,33%
 - 2. Aplicar as seguintes majorações e minorações à taxa agora fixada, no seguimento da aplicação dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana em vigor, elaborados pelo Município de Braga e aprovados pela Assembleia Municipal de Braga e tendo em conta as alterações produzidas ao respetivo regime jurídico e CIMI:

2.1 Minoração em 20% da taxa para edifícios reabilitados para habitação, nas respetivas áreas de reabilitação urbanas, de acordo com o disposto no nº 6, do artigo 112º do CIMI, incentivando assim a reabilitação urbana, a fixação de população e a atração de novos residentes para aquelas áreas;

3. Redução da taxa do imposto a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a tabela constante artigo 112º A do CIMI, que aqui se reproduz:

Nº de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

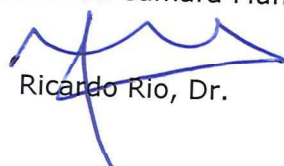
4. Majoração em 30% da taxa a aplicar a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do disposto no nº 8 do artigo 112º do CIMI;

Mais proponho que:

II. No âmbito do Programa de Arrendamento Acessível e tendo em vista a dinamização do mercado de arrendamento habitacional, no intuito de incentivar os proprietários a disponibilizarem os seus imóveis a preços acessíveis, a Câmara Municipal delibere no sentido de iniciar o procedimento regulamentar de incentivo fiscal, no âmbito do IMI em articulação com o quadro legal aplicável.

Braga, 22 de novembro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal



Ricardo Rio, Dr.